

ILHÉUS DO LITORAL NORTE PAULISTA – ESPAÇO, PESCA E TRABALHO

Eduardo Schiavone Cardoso¹
Antonio Thomaz Junior²

Resumo: O artigo revela a preocupação em estabelecer as conexões entre a atividade pesqueira, encarada como uma modalidade laboral, as discussões que permeiam as dinâmicas do mundo do trabalho na contemporaneidade e as transformações no espaço geográfico, tendo como foco de estudo os espaços insulares habitados por ilhéus no litoral norte paulista, em especial as ilhas Vitória e Monte de Trigo. Com base nos processos de ocupação do espaço litorâneo e na configuração do setor pesqueiro do Brasil, a pesquisa buscou analisar as mudanças socioeconômicas e espaciais ocorridas nas ilhas em questão, nas últimas duas décadas. Foram identificadas as novas problemáticas que se apresentam para aos ilhéus e suas estratégias de reprodução econômica e social, frente aos processos de ocupação do litoral norte paulista, que é caracterizado pelo incremento da urbanização, expansão do turismo marítimo e litorâneo, a expansão do setor energético na região, dentre outras dinâmicas espaciais.

Palavras-chaves: pescadores; trabalho; Ilha Vitória; Ilha Monte de Trigo.

ISLANDERS FROM PAULISTA NORTH COAST – SPACE, FISHING AND WORK

Abstract: The article shows a concern for establishing the connections among the fishing activity, considered as a labor activity, the discussions that there are in the dynamics from the world of work in contemporary and changes in geographical space, considering as study focus the insular spaces inhabited by islanders in paulista north coast, in special, Vitoria and Monte de Trigo islands. Based on the process of the coast space occupation and the configuration of fishing setting in Brazil, the research sought to analyze socio-economical and space changes occurred in the islands mentioned, in the last two decades. It was identified the new problems presented for the islanders and their strategies of economic and social reproduction, regarding the occupation process of paulista north coast, which is characterized by increased urbanization, expansion of coastal and marine tourism, expansion of energetic setting in the region, among other spatial dynamics.

Key-words: fishermen, work, Vitoria Island, Monte de Trigo Island

INTRODUÇÃO

Espaço, pesca e trabalho: o emprego destes três conceitos como complemento do título do projeto de pesquisa desenvolvido no estágio de pós-doutorado, revela nossa preocupação em estabelecer as conexões entre a atividade pesqueira, encarada como uma modalidade laboral, as discussões que permeiam a análise das dinâmicas do mundo do trabalho na

¹ Professor associado do Departamento de Geociências, CCNE, UFSM. E-mail: educard@smail.ufsm.br

² Professor Livre Docente - Coordenador do Ceget e Cemosi - FCT - Unesp. E-mail: thomazjr@gmail.com

contemporaneidade e as transformações no espaço geográfico, tendo como foco de estudo os espaços insulares habitados por ilhéus no litoral norte paulista, em especial as ilhas Vitória e Monte de Trigo.

Com base nos processos de ocupação do espaço litorâneo e na configuração do setor pesqueiro no Brasil, a pesquisa buscou analisar as mudanças socioeconômicas e espaciais ocorridas nas ilhas do Monte de Trigo e Vitória, nas últimas duas décadas. Durante este período dois momentos de pesquisa foram desenvolvidos: uma dissertação de mestrado, no âmbito do Departamento de Geografia-USP, realizada entre 1992 e 1996 e um estágio pós-doutoral, desenvolvido no Departamento de Geografia – FCT – UNESP, entre 2009 e 2010.

Para tanto foram realizados trabalhos de campo, consultas a documentos e fontes de dados oficiais, análise de projetos desenvolvidos e propostos para o ordenamento litorâneo, além do levantamento, acompanhamento e atualização de informações primárias relativas às ilhas e aos ilhéus. Tais procedimentos possibilitaram entender o estabelecimento dos espaços de vida e trabalho dos ilhéus e seus embates frente aos processos de ocupação do litoral norte paulista - caracterizada pelo incremento da urbanização, expansão do turismo marítimo e litorâneo e expansão do setor energético na região, dentre outras dinâmicas.

Parte dos questionamentos oriundos desses processos de investigação será reportada no presente artigo, partindo das transformações recentes do espaço litorâneo, do mundo do trabalho e da configuração do setor pesqueiro, permitindo identificar as novas problemáticas que se apresentam para os ilhéus, suas respostas e estratégias de reprodução social, bem como a permanência de questões ainda não superadas.

O espaço: ilhas e litoral – convergências e divergências

A tentativa de sintetizar os principais elementos que compõem a dinâmica de ocupação do Litoral Norte paulista nas últimas décadas nos permite destacar:

- a) a transformação de um espaço da pequena produção agrária e pesqueira, para um espaço urbanizado, industrial e turístico;
- b) o processo é acompanhado pela expansão das segundas residências, a ampliação do setor terciário, a implantação de atividades de turismo em distintas modalidades, a instalação de infra-estruturas de circulação e aquelas voltadas à exploração energética em bacias oceânicas de gás e petróleo;

c) algumas das consequências referem-se às transformações na estrutura fundiária, a expropriação do espaço caiçara, a destruição da natureza e sua outra face - o incremento de políticas de preservação ambiental.

Inseridas em tal contexto regional, as ilhas Vitória e Monte de Trigo representam um universo de análise singular. As paisagens emersas das ilhas, em termos fisionômicos, preservam características de um espaço “caiçara”, com seus roçados, apetrechos de pesca, fruteiras, casas de farinha, dentre outras marcas da ocupação do litoral norte de meados do século XX. A dinâmica demográfica estagnada e mesmo regressiva, não acompanha o incremento da população da costa³. As ilhas em questão permanecem, a primeira olhada, como espaços do “passado”, resquícios de um tempo que se foi. São denominadas de paraísos, lugares sem civilização, na visão recorrente dos veículos midiáticos.

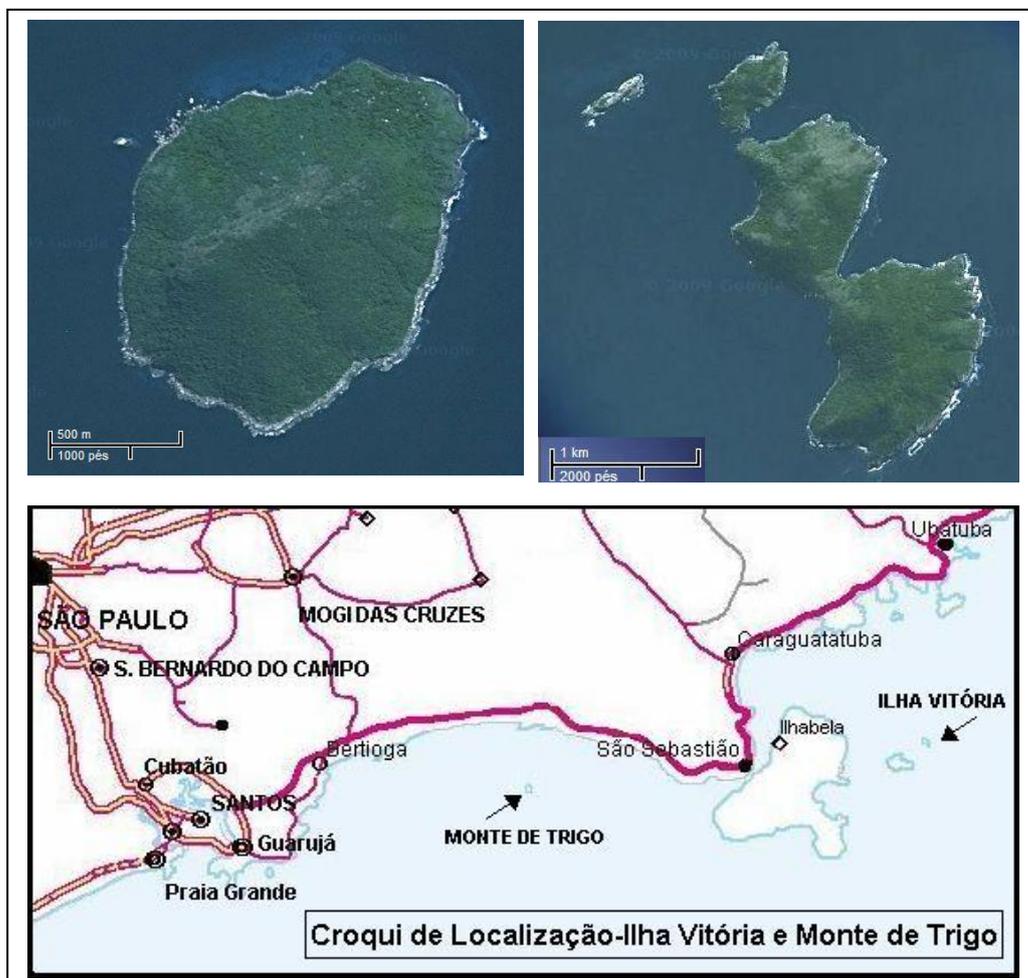


Figura 1: Ilhas Monte de Trigo (esquerda) e Vitória (direita).
Fonte: Adaptado de maps.google (2010) e litoral.virtual (2009)

³ Nos anos noventa, Vitória contava com 44 habitantes residentes e em 2010, 45 habitantes. O Monte de Trigo, passa de 55 para 48 habitantes no mesmo período.

Se tal aparência ilude, deslumbra e posiciona o visitante desavisado diante de um “outro” exótico e desconectado do tempo, uma permanência com mais vagar revela os movimentos da dialética local-global contemporânea e os conflitos, contradições e embates presentes nessa relação. Nessa perspectiva a articulação dos espaços continente-ilhas, comporta as dinâmicas de um processo hegemônico repercutindo em parcelas singulares do espaço geográfico e as dinâmicas próprias da sociedade e do espaço insular estabelecendo processos de subordinação e autonomia frente às tendências hegemônicas.

Analisadas em dois períodos distintos, tais dinâmicas revelam contendidas e disputas territoriais, que se manifestam em escalas distintas e presentes nos ambientes de água e terra. Também podem ser descritos processos que perduram ao longo das duas décadas em questão e outros mais recentes. Vamos a eles.

O espaço Ilhéu emerso

A dinâmica demográfica da Ilha Vitória não acentuou a ocupação dos espaços insulares, promovendo antes, um rearranjo da localização das moradias. Das 16 casas ocupadas anteriormente na Ilha Vitória, 7 foram abandonadas, 2 remodeladas, e 7 casas novas foram construídas, em áreas mais próximas das fontes de água e do porto, permanecendo 14 casas habitadas permanentemente e 1 casa fechada. Duas famílias que habitavam a ilha principal do arquipélago da Vitória se mudaram para a Ilha Pequena, com maiores facilidades de desembarque, totalizando 17 residências, algumas delas com cercas de taquara demarcando os terreiros.

Às construções citadas, somam-se o prédio da escola, os galpões para a produção da farinha de mandioca, os paióis e ranchos para guarda de apetrechos e motores de geração de energia, completando as construções da ilha. Nas costeiras, permanecem os ranchos para guarda de canoas e outros instrumentos de trabalho na pesca.

O prédio da escola foi construído há cerca de 10 anos e consiste em sala de aula, banheiro e acomodação para o/a professor/a. É equipado com placas solares para a geração de energia e foi construído após um longo processo de reivindicação pela reabertura da escola da ilha, fechada desde final da década de 1980. Funciona com turmas até a antiga quarta série. Após este período a continuidade dos estudos só é possível com a mudança da ilha.



Figura 2 – Ilha Vitória – o prédio da escola
Fonte: Foto do acervo dos autores

A pequena capela foi desmontada e seus santos estão sob a guarda de um morador da ilha. Esta é uma informação que revela as mudanças na vida social dos ilhéus que estão em curso, com a conversão de alguns moradores para outras religiões, abandonando assim as antigas práticas de culto aos santos. Dentre eles São Pedro, cuja festa movimentava a vila com ladainhas, subida de mastro e cantorias durante a novena. Uma parte dos moradores se converteu, virou “crente” no seu próprio dizer, um processo em curso no litoral que já vem de longa data.

A presença de algumas casas e terreiros cercados, também denota mudanças em relação ao uso do espaço, com famílias delimitando seus espaços de residência e o entorno imediato, talvez mais como um ato simbólico, uma vez que as pequenas criações de galinhas, frangos e patos e alguns animais domésticos transitam livremente.

Dentre algumas indagações em relação à atualização do estudo das Ilhas Vitórias e Monte de Trigo, estavam aquelas relacionadas às áreas de uso comum nas ilhas, destinadas a extração de madeira e outros recursos vegetais e, no caso da Ilha Vitória, a abertura de roças. Estas ainda persistem, com os ilhéus abrindo suas quadras de plantio em áreas da ilha escolhidas sem necessidade de comprovação de posse ou arrendamento.

O Parque Estadual da Ilhabela (PEI) incorpora a porção emersa do arquipélago da Ilha Vitória, restringindo parte das práticas de agricultura dos ilhéus, inibindo o uso sem controle de queimadas e o desmatamento de áreas em recuperação da vegetação. Com relação à vegetação, o espaço ocupado por touceiras de uma taquara exótica, introduzida na ilha há algumas décadas, têm se expandido, alcançando as áreas de antigas residências abandonadas.

O acesso à água doce e o tratamento dos efluentes continua sendo um problema para os ilhéus. Poucas nascentes da ilha garantem água de boa qualidade para o consumo, sendo que a água de algumas delas torna-se escassa durante as estiagens. Por conta disso, poucas residências possuem encanamentos, banheiros e esgotamento sanitário. As informações dos moradores relatam a existência de um projeto de saneamento, elaborado por uma ONG local e que deverá ser implantado em algum futuro, breve ou longo.

O acesso e comunicação com a ilha, facilitado pela presença de mais embarcações de propriedade dos ilhéus, amplia a mobilidade dos habitantes de Vitória. Em casos de emergência, os ilhéus têm mais opções de deslocamento, porém as condições de desembarque na costeira da ilha ainda são precárias, necessitando de condições favoráveis de mar para a chegada em terra. O píer de atracação, construído há mais de três décadas e mal planejado, encontra-se em ruínas. De outra parte, a disseminação do uso da telefonia celular permite uma comunicação mais freqüente entre os ilhéus e com outras localidades.

No Monte de Trigo, das doze residências existentes na década de 1990, apenas uma encontra-se abandonada em virtude do falecimento de seu morador. Às onze casas restantes, somaram-se mais duas novas, construídas por ilhéus que se casaram. Algumas residências foram reformadas, com troca do madeiramento das casas, construção de novos telhados e mesmo ampliação dos cômodos. Outras permanecem bastante precárias. Predominam as casas de madeira, construídas com tábuas ou chapas de compensado.

O povoamento da ilha concentra-se próximo da área conhecida como Ponta Negra, próxima ao principal porto de acesso. Algumas áreas povoadas em meados do século XX, como o chamado Sítio de Fora, vêm sendo temporariamente ocupadas com o retorno de descendentes de antigos moradores.

Apenas uma das casas da ilha teve seu entorno cercado. As outras famílias permanecem com seus terreiros demarcados por plantas e pela memória. Os demais espaços da ilha continuam abertos ao uso, dentre eles a extração de madeira, o acesso às fruteiras e a possibilidade de plantio.

A escola, que teve sua reabertura nos anos de 1990, permanece em funcionamento com presença de professores de fora da ilha, atendendo os estudantes até a antiga quarta série. Como em Vitória, o complemento dos estudos demanda a mudança da ilha e pelo fato de terem seus filhos fora da escola, por esta não oferecer as demais séries, algumas famílias de

ilhéus tem dificuldades para obtenção dos benefícios dos programas sócias que exigem a escolaridade dos dependentes.

No Monte de Trigo, a presença da Assembléia de Deus data já de mais de três décadas e nos últimos anos foi construída uma igreja, para abrigar os cultos que eram realizados nas casas dos ilhéus. A congregação está ligada ao Ministério de Santos.

As construções de uso público comportam instalações sanitárias e sistemas de fossa. Como em Vitória, banheiros e sistemas de tratamento de efluentes não estão presentes em todas as moradias, porém, distinto da Vitória, os moradores do Monte de Trigo tem acesso à água com maior facilidade através de mangueiras de plástico que chegam próximas a todas as casas. Banheiros de plásticos, com tecnologia para funcionar à seco foram adquiridos pela Prefeitura de São Sebastião e aguardam, por dois anos desde 2010, a instalação junto as residências.

Os moradores do Monte de Trigo criaram em fins da década de 1990 uma Associação de Moradores, com a perspectiva de pleitear melhorias para a ilha, tais como material para a reforma das casas, energia elétrica e melhores condições de embarque e desembarque. Como os banheiros, algumas outras iniciativas foram tomadas pela Prefeitura, porém sem finalização.

Embora não se constitua em uma Unidade de Conservação, a ilha é um dos bens tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural – CONDEPHAT, do Estado de São Paulo. Seu entorno deveria ser preservado por lei e é neste espaço – o entorno imediato da ilha, que ocorre parte das atividades pesqueiras dos ilhéus. Conflituosamente, também é esse espaço procurado por pescadores, mergulhadores esportivos e pelos surfistas, configurando uma disputa territorial pelo uso do mar, que já tem uma temporalidade de algumas décadas.

O espaço ilhéu submerso

Pelas águas, os processos de pesca de arrasto de paelhas foram proibidos a partir da criação da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte. Tal reivindicação atende a inúmeras demandas dos pescadores artesanais da região e também dos ilhéus, pelo caráter predatório dessa modalidade de captura e pelo fato dela ser exercida próximo às áreas de pesca dos pescadores de pequena escala. Esse episódio pode ser avaliado como um fato

positivo na perspectiva da produção pesqueira dos ilhéus e necessita de aparato de fiscalização para ser efetivamente controlado.

De outra parte, a mesma unidade de conservação, estipula áreas destinadas ao turismo náutico, apresentando o arquipélago da Vitória como um atrativo para a prática do mergulho esportivo. Sendo assim, o entorno da Ilha Vitória – espaço imediato de pesca dos ilhéus, continua sendo objeto de atração de mergulhadores contemplativos e de caçadores submarinos, apesar das constantes e recorrentes queixas dos moradores da ilha.

A esta questão, soma-se as viagens de pesca esportiva, um setor que se incrementa no início dos anos 2000, com locação de embarcações para grupos de pescadores amadores que se dirigem para as costeiras da ilha, entre outras áreas, com a finalidade de lazer. Como exemplo, em São Sebastião no ano de 2009, estava se constituindo uma associação de embarcações de transporte e recreio com aproximadamente 60 sócios.

Assim como em Vitória, no Monte de Trigo, pescadores esportistas e mergulhadores acabam concorrendo com os ilhéus pelo uso dos pesqueiros no entorno da ilha, acirrando a discussão sobre a conveniência de incentivar o turismo na localidade. Surfistas frequentam o entorno da ilha, se deslocando com embarcações para pegar ondas no mar alto, provocando a revolta dos moradores pelo fato de contribuir para afastar o pescado das costeiras da ilha. Relativo ao incremento das estruturas de produção e circulação de petróleo e gás na região, as obras de implantação do gasoduto do Projeto Mexilhão, segundo alguns dos pescadores ilhéus, impactou a atividade pesqueira, especialmente a pesca de rede de fundo. Os dutos foram instalados entre as ilhas de Vitória e Búzios removendo os sedimentos do fundo e afugentando o pescado. A ilha Vitória está entre as comunidades afetadas pelo projeto e, como tal, pode ser objeto de ações compensatórias para melhoria das condições de moradia e produção dos ilhéus, a serem implantadas no futuro.

Além da questão das parelhas, os ilhéus do Monte de Trigo enfrentavam o problema dos barcos de captura de cação, que realizavam a limpeza do pescado nas proximidades da ilha, quando estas embarcações fundeavam para aguardar o turno de visita às redes, ou para o abrigo contra um mal tempo. Nem a solução, nem a permanência deste problema foi relatada pelos ilhéus, tendo sido observado algumas relações amistosas que os ilhéus estabelecem com os pescadores de embarcações de outras áreas, que fundeiam ou pernoitam no entorno da ilha. Dentre elas a troca de gelo por frutas, o fornecimento de iscas, a compra de algum item de consumo dos pescadores embarcados pelos ilhéus, nas

suas idas mais constantes à costa, ou uma eventual partida de futebol no campinho localizado na ilha.

Esses fatos, também observados na Ilha Vitória, onde os ilhéus se relacionam com outros pescadores profissionais que aportam na ilha, revelam aspectos de identidade de ofício e alguns elementos de cooperação e colaboração entre os trabalhadores da pesca em suas temporadas de trabalho. Revela também que distantes da costa, as ilhas representam um ponto de convergência no mar.

O contexto da pesca insular

Quase 45 milhões de trabalhadores viviam da produção de pescado extrativo e cultivado no mundo em 2008, segundo os dados compilados pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Em 2012, a mesma entidade aponta para cerca de 54,8 milhões de pescadores e aquicultores no mundo. Com uma produção próxima de 150 milhões de toneladas, o pescado mundial representa uma importante fonte de trabalho, renda e alimentação para parcelas significativas da população mundial.

A pesca e a aquicultura brasileiras participam com pouco menos de 1% desse montante mundial de produção e os dados do trabalho na produção do pescado apontam para cerca de 700.000 – 800.000 pescadores no país. Tanto em termos mundiais como nacionais, destaca-se a presença de um setor de pesca extrativa de pequena escala, ou comumente chamada de pesca artesanal, como um segmento significativo na produção e no trabalho com o pescado. E é no contexto da pesca de pequena escala que se situam os produtores ilhéus de Vitória e Monte de Trigo.

Compondo turmas de pesca de dois ou três membros, as modalidades de captura nas ilhas correspondem à pesca de linha parada, com anzol, zangarelho e lambreta, pesca de linha em movimento “corricando”, espinhel, redes de emalhar lançadas no fundo, meia água ou boiada, arrastos de porta e cerco flutuante – presentes apenas na ilha Vitória. Tais modalidades de captura observadas em 2010, consistem nas mesmas daquelas vigentes na década de 1990. Armadilhas de potes para a captura de polvo foram obtidas pelos ilhéus de Vitória e tentativas de cultivo de peixes em tanque redes foram engendradas sem sucesso em meados da década de 2000, na mesma ilha.

Ainda que empregando as mesmas técnicas de captura, nas ilhas verificam-se mudanças em termos da propriedade dos meios de produção e no padrão tecnológico. As embarcações

motorizadas de propriedade dos ilhéus em Vitória passam de um barco na década de 1990, para seis barcos em 2011. O cerco flutuante, em operação na década de 1990 pertencente a um comerciante de pescado do continente, hoje pertence a uma turma de pescadores ilhéus e outro cerco, pertencente a uma outra família de pescadores, também está em operação. No Monte de Trigo, no ano de 2010, sete turmas de pesca se organizam com embarcações próprias: seis delas com chatas de alumínio e motor de popa e uma com canoa a motor de centro– substituindo as três embarcações motorizadas que existiam na década de 1990, das quais apenas uma de propriedade dos ilhéus. A mudança no padrão tecnológico das embarcações de pesca no Monte de Trigo representa uma maior facilidade, em termos de rapidez e guarda das embarcações, porém acrescenta um maior custo com os combustíveis.



Figura 3 – Monte de Trigo – o padrão recente das unidades de pesca
Fonte: Foto do acervo dos autores

A produção de uma das turmas de pesca na ilha Vitoria atingiu cerca de 4 toneladas em nove meses de trabalho no ano de 2009. Dois meses de trabalho em 2009, de um grupo de três pescadores rendeu cerca de um salário mínimo/mês para cada produtor, abatidos 43% do valor da venda do pescado em despesas com óleo diesel, gelo, lubrificantes, bateria e vales. Aos rendimentos variáveis das pescarias, algumas famílias de ilhéus recebem os benefícios do Bolsa Família e o seguro desemprego em épocas de defeso.

Cerca de dois salários mínimos é recebida mensalmente por algumas das turmas de pescadores do Monte de Trigo, oriundos da venda do pescado em boas épocas de pesca. Esta se faz diretamente para fregueses de Barra do Una e de outras praias do continente, próximas à ilha, ou para peixeiros de Bertioga e de outras cidades, que buscam o pescado

dos ilhéus em Barra do Una. Foi relatada uma boa época de pescaria no ano de 2009, na qual os pescadores receberam rendimentos acima de dois salários, o que também está associado à utilização dos equipamentos de captura. Assim como na Ilha Vitória, algumas famílias se beneficiam dos programas sociais governamentais e do seguro desemprego para o pescador, referentes aos períodos de defeso.

Dinâmica territorial do trabalho dos ilhéus

Um conjunto de estratégias de reprodução social dos ilhéus pode ser identificado a partir das dinâmicas migratórias e laborais, que se associam aos processos de ocupação do litoral e ao conjunto das relações sociais dos ilhéus. Tais dinâmicas podem ser exemplificadas pelo detalhamento da trajetória de algumas famílias ao longo dos últimos vinte anos.

Saíram da Ilha Vitória três jovens que se casaram com cônjuges de outras das chamadas “comunidades isoladas” de Ilhabela e da cidade de Ubatuba. Duas famílias se mudaram para Ubatuba e prosseguem no trabalho da pesca. Uma família saiu da ilha e o cônjuge trabalha no serviço público de Ilhabela. Dois jovens e um adulto viúvo saíram da ilha e se empregam em serviços ligados a pesca, seja em barcos ou em peixarias.

Chegaram na Ilha Vitória, uma família com parentesco próximo aos moradores e as parceiras de dois jovens ilhéus, oriundas de outras comunidades de Ilhabela, que passaram a residir na ilha. Um adulto ilhéu que havia saído de Vitória nos anos de 1990, retorna com seus filhos.

No caso do Monte de Trigo, os motivos de saída de sete jovens e adultos, homens e mulheres, referem-se aos casamentos realizados com cônjuges de outras praias de Ubatuba, Guarujá, Ilhabela e Bertioga, ou o emprego em atividades de caseiro nas segundas residências presentes nos condomínios do continente, ou no comércio de peixe. Uma família se transfere para a sede do município de São Sebastião, em função do emprego no serviço público municipal.

Chegaram ao Monte de Trigo, cônjuges mulheres que passam a residir na ilha e adultos homens, que retornam após tentativas de trabalho em outras localidades e mudanças nas famílias. Diferentemente da Vitória, no Monte de Trigo os casamentos se realizam também com descendentes de migrantes que se estabeleceram no litoral norte. No caso do retorno de um adulto ilhéu, é interessante ressaltar que o motivo foi o desemprego a que se viu submetido em sua antiga localidade.

As trajetórias descritas, associadas aos nascimentos e aos óbitos, caracterizam a dinâmica populacional das ilhas em questão. Algumas análises podem ser extraídas destes dados. A ilha enquanto um porto seguro de retorno é um dos aspectos a serem ressaltados. Diferente da saída sem volta, que muitos caiçaras foram obrigados a enfrentar, em virtude da ocupação urbana e turística das praias, pela venda da posse ou pela força da expropriação, os ilhéus ainda encontram na ilha uma base de re-territorialização. Ainda que a titularidade seja precária, as restrições ambientais presentes e as ameaças de grilagem constantes e recorrentes, a posse das ilhas pelos ilhéus tem sido uma garantia de volta. Um espaço de retorno para as tentativas de superação das condições não muito amenas da vida nas ilhas e para as tentativas de fixação nas praias e cidades do litoral.

Ainda, encontram-se entre os ilhéus aqueles irredutíveis. A ilha sempre será seu lugar de morada e é na ilha que devem estar as condições de sua produção e reprodução. Entre os ilhéus de Vitória, uma história recorrente dizia respeito à longevidade dos moradores da ilha: quem saía logo morria. Talvez seja uma representação que estimule a permanência e a resistência frente aos apelos da vida nas cidades.

Uma outra observação diz respeito a vida social dos ilhéus. A busca de cônjuges se realiza em um conjunto de cidades, praias e comunidades litorâneas que remonta ao antigo espaço de sociabilidade caiçara, refletindo a presença deste “mundo de relações submerso” pelos processos recentes de ocupação do litoral norte, que desbancam qualquer afirmação que tratam os ilhéus como comunidades isoladas. Passam a figurar neste mundo, sujeitos mais recentes, como os migrantes e seus descendentes, de várias partes do país que para o litoral se dirigiram e continuam a se dirigir.

Dentre a dinâmica laboral, além das atividades de pesca, lavoura e artesanato, que podem ser consideradas tradicionais no contexto de ocupação das ilhas e do litoral paulista, os ilhéus exercem outras atividades de maneira esporádica, ligadas às mudanças na configuração da pesca regional e no uso dos espaços costeiros.

Nos anos de 2009 e 2010, foi observado o trabalho dos ilhéus em atividades voltadas ao turismo, tais como pilotos de barco em pousadas, promotores de passeios com seus próprios barcos e acompanhamento de pescarias esportivas. São atividades que acompanham a sazonalidade do turismo costeiro e podem ser interpretadas como o complemento de rendimentos para enfrentar o inverno. Esporadicamente, o transbordo da

produção do pescado de embarcações fundeadas na ilha para caminhões no continente, abreviando o tempo de desembarque e transporte do peixe, foi observado.

As políticas públicas de transferência de renda atendem a algumas famílias de ilhéus, assim como o seguro desemprego, durante os períodos de defeso estabelecidos para alguns dos recursos pesqueiros. No caso da manutenção dos prédios escolares, preparo da merenda e transporte dos professores, as prefeituras municipais de Ilhabela e São Sebastião contratam temporariamente alguns ilhéus.

Aos ilhéus que saem das ilhas, em caráter temporário ou definitivo, o trabalho que se realiza relaciona-se basicamente com três setores: o comércio de pescado, os serviços públicos municipais ou os serviços de manutenção e vigilância de residências de veraneio, via de regra, nas cidades e praias próximas. Em apenas dois casos, relatados em vinte anos de contato com os moradores das ilhas, os ilhéus subiram a serra em busca de moradia ou trabalho.

A pequena produção pesqueira insular

Os ilhéus de Vitória e Monte de Trigo se inserem em um conjunto de trabalhadores que tem na produção do pescado em pequena escala o principal elemento de obtenção de seus meios de vida. Por vezes, a saída da ilha representa uma alternativa de sobrevivência, com uma garantia de retorno, em função da recriação da posse nos espaços insulares. Este movimento representa uma fluidez no trabalho dos ilhéus, desenhando e redesenhando as sociedades insulares. Seus movimentos de saída e retorno, produção e reprodução dos laços de sociabilidade articulam espaços além ilha. Tal possibilidade decorre da não completa expropriação e alienação dos ilhéus de seus espaços de trabalho, vida e de seus meios de produção. Ainda que, em parte, depauperados, os ilhéus mantêm um relativo controle sobre o processo de trabalho, seu saber-fazer, seu tempo e os espaços necessários à sua reprodução.

A comercialização do pescado subordina o produto de seu trabalho e os seus rendimentos. A competição com outras modalidades de uso do litoral e das águas e recursos pesqueiros reduz sua produtividade, porém uma certa autonomia prevalece, não configurando uma condição de proletariado para os ilhéus, condição esta marcada pela desposseção e estranhamento completo dos meios de produção e do trabalho, como indica Alves (2009).

Como pertencentes a um conjunto de trabalhadores da pesca artesanal, os ilhéus também presenciaram as transformações que o capitalismo promoveu em vários setores, tais como a expansão das frotas industriais em suas áreas de pesca, os espaços litorâneos serem ocupados pelos empreendimentos imobiliários e industriais, a poluição e degradação das águas reduzindo os recursos pesqueiros. Enfim, presenciaram o avanço das forças produtivas/destrutivas sobre seus espaços e territórios.

A reprodução da pequena produção mercantil, no mundo do trabalho da pesca, não é apenas uma exclusividade das ilhas em questão. Pelo mundo afora, a chamada pesca artesanal responde por parcelas importantes da produção do pescado, especialmente nos países mais pobres. Exerce assim papel central na reprodução do capital do setor pesqueiro, através da subordinação aos mecanismos de intermediação e comercialização do peixe.

As ligações entre os setores de produção do pescado e os conflitos com as modalidades de produção pesqueira com maior incremento de tecnologia e capital, são denunciadas em várias ações dos pescadores artesanais. Em algumas áreas foi a pequena produção pesqueira que permaneceu, após as tentativas de industrialização da pesca.

Mesmo nas relações que estabelecem com os movimentos do capital em uma perspectiva mais geral, os ilhéus afirmam sua singularidade, diferenciada diante das denominadas sociedades e comunidades caiçaras. Uma das características de seu modo de vida é o uso da diversidade dos recursos emersos e submersos de seu território. Consistem em “comunidades tradicionais” que ocupam secularmente as ilhas, mas que passam por processos de atualização tecnológica, econômica, e modificações nos hábitos e expressões culturais, sendo que esses aspectos rebatem na criação e recriação de relações de sociabilidade e produção que garantem, em parte, sua autonomia. Permanecer na ilha e manejar seus recursos, nesta perspectiva, é um direito ancestral e uma resistência frente à expropriação completa.

Neste sentido, duas construções se somam: a identidade de pescadores de pequena escala, ou pescadores artesanais e a identidade de comunidades tradicionais, com forte dependência dos recursos da natureza. A luta pela sua reprodução articula estas duas frentes: trabalho autônomo e natureza.

Aos ilhéus e pescadores artesanais, uma série de trabalhadores encampa estas frentes de luta, em especial contra os conglomerados econômicos, financeiros, industriais ou

fundiários, dentre outros ramos cada vez mais concentrados, que avançam sobre seus territórios e recursos.

A modalidade de produção dos pescadores ilhéus relaciona-se a um conjunto de modalidades de organização do trabalho oriundas do conceito de pequena produção mercantil. De acordo com Diegues (1983), tal conceito caracteriza a produção dos chamados pescadores artesanais, em sua forma ampliada e dos pescadores-lavradores, em sua forma simples. Trata-se de uma modalidade de produção subordinada e articulada a outras modalidades de produção, com existência anterior ao surgimento do capitalismo.

Tal concepção aponta para a presença de setores onde as relações de produção típicas do capitalismo não superaram relações sociais de produção anteriores, além de criação de relações de produção não capitalistas na reprodução do capital. No caso da atividade pesqueira, estas relações são preponderantes. Fora da produção, a riqueza produzida por pequenos pescadores é apropriada nos mecanismos de circulação.

As denúncias de trabalho análogo à escravidão, nos campos, nas oficinas de costura urbanas e mesmo nos barcos de pesca oceânica, corroboram a hipótese de que o capitalismo prescindir das relações capitalistas de produção para se reproduzir. A precarização do trabalho em várias modalidades também evidencia este processo.

Diante dos processos contemporâneos e concentrados de reprodução do capital, Thomaz Junior (2009) aponta a fragmentação do trabalho e questiona quais sujeitos sociais têm o potencial de transformação para um mundo além do capital.

Identifica nas ações de segmentos de trabalhadores não pertencentes ao mundo do trabalho “moderno”, ou excluídos deste mundo, as ações de maior impacto questionador da lógica do capital e de sua superação. Quais seriam suas possibilidades de construção de alianças e práticas que unifiquem os trabalhadores, é uma das questões que se apresenta.

Uma possibilidade de contribuição para o debate consiste na reflexão sobre a categoria da pequena produção mercantil. Ruy Moreira (2005) aponta para a multiplicação das manifestações de economia popular, que emergem nos campos e cidades e que derivam do antigo conceito de pequena produção mercantil. Paul Singer (2002), trata da economia solidária, abrangendo um conjunto amplo de ações produtivas, levadas a cabo por trabalhadores no Brasil e em outras partes do mundo, fora da lógica das grandes corporações.

Estas pistas podem inferir um caminho. No caso da atividade pesqueira é a pesca artesanal que sobrevive ao longo dos séculos. A pequena produção mercantil se atualiza e permanece como um importante segmento na produção do pescado. Se nos campos, águas e cidades permanece e se recria uma economia baseada na pequena produção mercantil, esta modalidade de organização do trabalho carece de maior atenção, quanto ao papel que exerce na dinâmica da produção capitalista e na perspectiva de sua transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação aos três eixos nos quais o estudo se baseou, quais sejam: espaço, pesca e trabalho, a proposta metodológica consistiu em identificar os processos de âmbito mais gerais com relação a essas questões, as particularidades presentes ao longo do litoral norte paulista e seus rebatimentos nas sociedades insulares elencadas. Em termos da atividade pesqueira, a pesquisa identificou as dinâmicas presentes na pesca regional e suas transformações recentes, algumas delas inseridas em um conjunto de instrumentos normativos e gerencias que estipulam novos ordenamentos no tocante à organização do trabalho na pesca.

O recorte temporal de vinte anos de trabalho e contato com os ilhéus de Vitória e Monte de Trigo, sistematizados nos dois momentos de pesquisa, permite traçar algumas das dinâmicas acima referidas, identificando conflitos territoriais nas terras e nas águas, recentes ou que perduram há duas décadas, bem como parte das trajetórias que compõe a sociabilidade dos ilhéus.

Em relação à dimensão territorial dos conflitos verifica-se a presença de duas ordens de embates, representados pelos meios onde a produção e reprodução dos ilhéus se realizam:

- a) Nas águas: produção do pescado, construção de dutos, atividades de caça submarina, pesca desportiva, pesca industrial, atividades turísticas;
- b) Nas terras: questão fundiária, restrições da legislação ambiental, equipamentos públicos, acesso a água, acessibilidade às ilhas, comercialização do pescado.

Quanto às dinâmicas laborais e sociais destacam-se:

- a) Mobilidade laboral;
- b) Movimentos migratórios;
- c) Transformações na posse dos meios de produção e nos padrões tecnológicos.

É dentro desse contexto de mudanças e permanências nas práticas de trabalho, sociabilidade e de uso do espaço, que se manifestam as relações entre a singularidade das ilhas, as particularidades do espaço litorâneo e as dinâmicas hegemônicas do modo de produção capitalista em suas distintas vertentes, no mar e em terra.

A possibilidade de reprodução da atividade pesqueira nas ilhas, entretanto, não se exime da tarefa de afirmar suas especificidades diante das dinâmicas hegemônicas expropriadoras. À resistência silenciosa dos ilhéus e suas ações no âmbito dos núcleos familiares ou de vizinhança, deve-se acrescentar a perspectiva da ação política dos pescadores e suas alianças, embates ou apoios frente a outros agentes sociais da produção do espaço litorâneo e do setor pesqueiro nacional, na busca da manutenção das condições de sua reprodução social e da negação à alienação do trabalho e ao estranhamento do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. A condição de proletariedade. Londrina/Bauru: Editora Práxis, 2009.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ASSUMPÇÃO, Roberto de; CARDOSO, Eduardo Schiavone; GIULIETTI, Nelson. Situação da Pesca Artesanal Marítima no Município de São Sebastião. *Informações Econômicas*, n. 5, v. 26, 1996.

BRETON, Yvan; ESTRADA, Eduardo Lopes. *Ciências Sociales y Desarrollo de las pesquerias : Modelos y Metodos aplicados al caso de Mexico*. México: Inst. Nacional de Antropologia y Historia, 1989.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. *Vitoreiros e Monteiros: Ilhéus do Litoral Norte Paulista*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – Geografia, FFLCH-USP, 1996.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. *Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social*. São Paulo: Tese de Doutorado – Geografia – FFLCH-USP, 2001b.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. *Pesca e Marginalização no Litoral Paulista*. São Paulo: CEMAR, 1973.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo: Ática. 1983.

FAO. El estado mundial de la pesca y aqüicultura. Roma: FAO, 2009.

GODELIER, Maurice A. A Parte Ideal do Real. In Carvalho, Edgar de A. (org.). Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, n.21, 1981.

LEFEBVRE, Henry. Perspectivas de la Sociologia Rural. In De lo Rural a lo Urbano. Barcelona: Ed. Península, 1978.

LITORAL VIRTUAL. Localização do litoral norte. Disponível em <litoralvirtual.com.br>, acesso em 03 de abril de 2009.

MAPS.GOOGLE. Imagens de satélite Vitória e Monte de Trigo. Disponível em <maps.google.com>, acesso em 18 de março de 2010.

MARTINS, José de Souza. Pequena Produção Agrícola - Antimito da Produção Capitalista no Campo. In Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova República". São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã - Teses Sobre Feuerbach. São Paulo: Ed. Moraes, 1984.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R., THOMAZ JUNIOR, Antonio. Novo sentido da luta de classes e do controle social no meio rural: uma contribuição à geografia do conflito capital x trabalho. Ciência Geográfica, v. XI, n. 1, 2005.

MOREIRA, Ruy. Sociedade e Espaço no Brasil (as fases da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos). Boletim Paulista de Geografia, n. 83, 2005.

MUSSOLINI, Gioconda. Ensaios de Antropologia Indígena e Caiçara. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. A (Des)Ordem Societária e Territorial do Trabalho. In: OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). O Campo no Século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (Limites explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). Presidente Prudente: Tese Livre Docência – FCT – UNESP, v. 1, 2009.

Artigo recebido em 20/01/2013.

Artigo aceito em 26/04/2013.